

CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DE GOVERNANÇA CORPORATIVA 2019

Vitória/ES, 13/12/2018

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| 1. CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS: BANDES | 3 |
| 1.1. IDENTIFICAÇÃO GERAL..... | 3 |
| 1.2. INTERESSE PÚBLICO | 4 |
| 1.3. PLANO DE METAS | 7 |
| 2. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS | 8 |
| 3. ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS E GESTÃO DE RISCOS | 12 |
| 4. PROJEÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA..... | 15 |
| 5. POLÍTICAS E PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA | 17 |

1. CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS: BANDES

Em conformidade com a Lei 13.303, de 30 de junho de 2016, Artigo 8º, incisos I, III e VIII, e o art. 27, inciso III, do Estatuto Social do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A – BANDES, foi elaborada a presente Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança, subscrita pelos membros do Conselho de Administração.

1.1. IDENTIFICAÇÃO GERAL

- Sociedade de economia mista de capital fechado, parte integrante da administração indireta do Estado do Espírito Santo.
- CNPJ/MF: 28.145.829.0001/00.
- Sede: Vitória/ES
- Setor de atuação: financeiro.
- O capital social é de R\$ 407.448.163,60, dividido em ações ordinárias e preferenciais, totalmente subscrito e integralizado, distribuídas conforme a tabela 1.

Tabela 1: Composição societária do BANDES em 30/06/2018

| AÇÕES/ACIONISTAS | Capital Social | Composição Total |
|---|---------------------------|------------------|
| AÇÕES ORDINÁRIAS | R\$ 271.520.869,17 | 66,64% |
| - Governo do Estado do Espírito Santo | R\$ 267.882.489,52 | 65,75% |
| - Ações em tesouraria | R\$ 2.626.692,89 | 0,64% |
| - Acionistas Minoritários (PF e PJ) | R\$ 1.011.686,76 | 0,25% |
| AÇÕES PREFERENCIAIS | R\$ 135.927.294,43 | 33,36% |
| - Total classe "A" | R\$ 46.080.066,23 | 11,31% |
| - Ações em tesouraria | R\$ 10.377.737,80 | 2,55% |
| - Governo do Estado do Espírito Santo | R\$ 35.219.824,06 | 8,64% |
| - Acionistas Minoritários (PF e PJ) | R\$ 482.504,37 | 0,12% |
| - Total classe "B" | R\$ 89.847.228,20 | 22,05% |
| - Governo do Estado do Espírito Santo | R\$ 36.742.484,89 | 9,02% |
| - Acionistas minoritários (P.F. e P.J.) | R\$ 53.104.743,31 | 13,03% |
| TOTAL | R\$ 407.448.163,60 | 100,00% |

Fonte: GECON/BANDES.

- Auditoria independente: Maciel Auditores
Av. Paulista 1009, sala 1808, Bela Vista, São Paulo/SP
contato@macielauditores.com.br
(55 11) 4007.1219
<http://www.macielauditores.com.br/>

- Conselheiros de Administração subscritores da Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa:

| Nome |
|-----------------------------|
| Aroldo Natal Silva Filho |
| Gustavo Lisboa Cruz |
| Orlando Caliman |
| José Teófilo Oliveira |
| Roberto da Cunha Penedo |
| Robson Luiz Avelino Pereira |
| Valber Pinheiro Padilha |

- Administradores subscritores da Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa:

| Nome | Cargo |
|--|--------------------------------------|
| Aroldo Natal Silva Filho | Diretor Presidente |
| Everaldo Colodetti | Diretor de Crédito e Fomento |
| Denise de Moura Cadete Gazzinelli Cruz | Diretora Administrativa e Financeira |

1.2. INTERESSE PÚBLICO

O BANDES foi criado pela Lei Estadual nº 2.413, de 20 de junho de 1969.

O objeto de sua criação é a promoção do desenvolvimento econômico no Estado do Espírito Santo, podendo, para tanto, conceber e implantar ações de fomento sob as diferentes modalidades a que alude a Resolução nº 394, de 3 de novembro de 1976, do Banco Central do Brasil, incluída a administração, na forma do seu Estatuto Social, dos Fundos Especiais de Financiamento e Investimento do Estado (Fundos de Desenvolvimento).

A Lei Estadual nº 10.874, de 13 de julho de 2018, de Diretrizes Orçamentárias de 2019, dita, em seu Artigo 47, que a agência financeira oficial de fomento, o BANDES, cuja missão é promover e financiar o desenvolvimento econômico e social do Estado por meio de suas funções de agente financeiro de investimentos privados e públicos, articulador de interesses governamentais, empresariais, setoriais e regionais, e promotor da competitividade sustentável, no exercício financeiro de 2019, atuará de acordo com as diretrizes e prioridades do governo para promoção do desenvolvimento sustentável, priorizando projetos que gerem

aumento de emprego e renda, competitividade da economia, redução das desigualdades sociais e dos desequilíbrios regionais internos, segue:

I - como atuação setorial:

a) o apoio a micro e pequenos empreendedores: ofertar linhas de crédito para micro e pequenos empreendedores dos segmentos urbanos e rurais, por meio de ações estruturadas procurando-se, sempre que possível, associar crédito com consultoria tecnológica e assistência técnica em favor da melhoria competitividade de segmentos constituídos, essencialmente, por grande número unidades de produção de menor porte;

b) a inclusão social e produtiva: buscar a maximização dos resultados nas operações de microcrédito voltadas para pequenos negócios rurais e urbanos, atendendo aos segmentos formais e informais;

c) a ampliação da capacidade competitiva das empresas localizadas no Estado: visa a articular ações diversificadas de fomento às pequenas e médias empresas, pertencentes a segmentos relevantes da economia estadual, fornecendo crédito de longo prazo;

d) a execução de programas operacionais setoriais de apoio às pequenas e médias empresas e empreendedores individuais dos principais arranjos e cadeias produtivas da economia estadual, preferencialmente em parceria com entidades públicas e privadas;

e) a promoção de investimentos estratégicos para a diversificação econômica, coordenada pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento - SEDES, procurando cumprir as seguintes funções:

1. exercer o papel de secretaria executiva de fundos e incentivos governamentais estaduais, contribuindo, via análise de viabilidade econômica de projetos estratégicos, para a articulação de outras fontes financeiras necessárias a sua viabilização;

2. financiar médias e pequenas empresas fornecedoras de bens e serviços para as empresas âncoras, ou que venham agregar valor aos produtos destas últimas;

3. promover a realização de estudos e projetos que possam subsidiar decisões do Governo relativas ao apoio de empreendimentos ou programas estratégicos;

f) a formação e expansão de redes de fornecimento e agregação de valor das grandes cadeias de produção;

g) a ampliação da capacidade competitiva das atividades ligadas ao Comércio Exterior;

h) o apoio à inovação: potencializar sua ação financiadora em projetos de inovação, como gestor do Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia – FUNCITEC, e utilizando sua capacidade de mobilizar recursos provenientes de instituições como a FINEP e BNDES;

i) a ampliação das fontes de financiamentos para projetos estratégicos e empreendimentos inovadores por meio de soluções estruturadas como Fundos de Investimentos em Participações – FIPs e operações consorciadas com outras instituições financeiras;

- j)** a elaboração de estudos e projetos para financiamento das atividades produtivas que propiciem sua consolidação e a redução das desigualdades de gênero e étnico-raciais;
- k)** o incentivo à melhoria das estruturas administrativas e tributárias dos municípios capixabas;
- l)** o apoio a investimentos e programas que tenham como objetivo preservar os recursos naturais;
- m)** o apoio a investimentos privados que tenham como objetivo a agregação de valor à produção, o adensamento das cadeias produtivas e a diversificação econômica;
- n)** o incentivo à integração de micro, pequenas e médias empresas locais aos grandes projetos industriais localizados no Estado;
- o)** o incentivo à qualificação do capital humano, por meio da capacitação de recursos humanos, em nível de pós-graduação, e do desenvolvimento do capital intelectual;
- p)** a promoção do conhecimento do Espírito Santo, disseminando uma imagem positiva do Estado e enfatizando seus principais atributos socioeconômicos;

II - como atuação regional:

- a)** o fomento às cadeias produtivas existentes: execução de programas multissetoriais de fomento às principais cadeias produtivas locais e à atração de novos empreendimentos que contribuam para a diversificação econômica da região;
- b)** a atração de novos empreendimentos (diversificação econômica e adensamento das cadeias produtivas): visa à criação de estímulos destinados à atração de novos empreendimentos para as regiões, visando, principalmente, ao adensamento de suas cadeias produtivas mais importantes; destaca-se que, o esforço de diversificação, deve incluir novos empreendimentos que resultam de oportunidades de negócios gerados pelo crescimento dos principais setores industriais da economia estadual;
- c)** operacionalização de programas de recuperação dos recursos hídricos do Estado, no âmbito do Programa Reflorestar da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEAMA, por meio de financiamentos e pagamentos por serviços ambientais, além da gestão financeira do Fundo Estadual de Recursos Hídricos e Florestais do Espírito Santo – FUNDÁGUA;
- d)** a gestão financeira do Fundo Estadual de Recursos Hídricos e Florestais do Espírito Santo - Fundágua:
 - 1.** fomento aos segmentos econômicos produtores de bens e serviços ambientais;
 - 2.** aproveitamento turístico de áreas de conservação ou em processo de recuperação;
 - 3.** estímulo à eficiência energética e à utilização de fontes alternativas aos combustíveis fósseis;

4. ampliação dos ativos ambientais: recuperação da vegetação nativa, sistemas de produção agroflorestais, métodos de recomposição dos solos e recuperação de nascentes e mananciais de água;

e) a assessoria às prefeituras na elaboração de projetos de Parcerias Público-Privadas;

f) a garantia de recursos em apoio a projetos, pesquisas e estruturas para purificação e dessalinização de águas salobras e salinas;

g) o financiamento de pesquisas, estudos e a garantia de medidas estruturantes para recuperação e preservação da mata atlântica.

h) o fomento à “economia verde” regional:

1. estímulo à eficiência energética e à utilização de fontes alternativas aos combustíveis fósseis;

2. ampliação dos ativos ambientais: recuperação da vegetação nativa, sistemas de produção agroflorestais, métodos de recomposição dos solos e recuperação de nascentes e mananciais de água;

3. aproveitamento turístico de áreas de conservação ou em processo de recuperação;

4. estímulo a projetos e utilização de energia gerada pelo sistema de energia solar fotovoltaica.

Destaca-se ainda que:

- os encargos dos empréstimos e financiamentos concedidos pelo BANDES não poderão ser inferiores aos respectivos custos de captação, salvo os previstos em lei.

- A concessão de quaisquer empréstimos ou financiamentos pelo BANDES, inclusive aos municípios, na forma da lei, e suas entidades da administração indireta, fundações, empresas e sociedades controladas, sem prejuízo das normas regulamentares pertinentes, somente poderá ser efetuada se o cliente comprovar sua situação de regularidade com o Estado, seus órgãos e entidades das administrações direta e indireta, com o Fundo de Garantia por Tempo e Serviço - FGTS e com o Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

- até o mês de abril, o BANDES demonstrará e avaliará o cumprimento das metas estabelecidas neste artigo, incisos e alíneas, em audiência pública na Comissão de Finanças, Economia, Orçamento, Fiscalização, Controle e Tomada de Contas da Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo.

1.3. PLANO DE METAS

Em cumprimento ao estabelecido na Lei Federal 13.303/2016, as metas propostas para 2019, alinhadas ao Plano de Negócios são:

| METAS MOBILIZADORAS | | Medidor | Meta |
|------------------------------------|---|--------------------------------------|---|
| <i>Clientes e Sociedade</i> | | | |
| 1 | Liberações provenientes do processo operacional do BANDES | R\$ milhões | R\$ 178,9 milhões |
| 2 | Grau de favorabilidade da imagem do Bandes | Percentual | 95% de matérias positivas |
| <i>Financeiras</i> | | | |
| 3 | Despesa Líquida de Provisionamento para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD | R\$ milhões | No máximo, R\$ 70,5 milhões |
| 4 | Lucro Líquido | R\$ mil | R\$ 870 mil |
| 5 | Rendas de Operação de Crédito | R\$ milhões | R\$ 64,6 milhões |
| 6 | Reduzir o risco da cafeicultura na carteira de crédito | Percentual | No máximo, 9% das liberações de operações de crédito com risco BANDES |
| <i>Processos Internos</i> | | | |
| 7 | Rural: prazo para envio do contrato de operações de crédito até R\$ 49.999,99 | Percentual | No mínimo, 50% em até 20 dias |
| 8 | Rural: prazo para envio do contrato de operações de crédito até R\$ 199.999,99 | Percentual | No mínimo, 55% em até 30 dias |
| 9 | Urbano e Microcrédito: prazo para envio do contrato de operações de crédito até R\$ 49.999,99 | Percentual | No mínimo, 85% em até 20 dias |
| 10 | Urbano: prazo para envio do contrato de operações de crédito até R\$ 199.999,99 | Percentual | No mínimo, 80% em até 30 dias |
| 11 | Urbano e Rural: prazo para envio do contrato de operações de crédito acima de R\$ 199.999,99 | Percentual | No mínimo, 70% em até 60 dias |
| <i>Pessoas e Recursos</i> | | | |
| 12 | Desenvolvimento dos colaboradores | Horas de capacitação por colaborador | 24 horas por colaborador |

As mesmas serão acompanhadas sistematicamente por este Conselho de Administração, com avaliação, ao final do exercício, sobre os seus desempenhos.

2. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Ciente de seu papel e alinhada às políticas públicas do Governo do Estado do Espírito Santo, o BANDES busca promover o desenvolvimento sustentável de longo prazo por meio de seus produtos e serviços, primando pela boa gestão, pelo crédito responsável e pela qualidade de sua carteira de clientes.

A instituição atua por meio das linhas de financiamento e, também, como administradora de Fundos de Desenvolvimento do Estado do Espírito Santo, oferece opções de garantias por meio dos Fundos Garantidores, apoia o crescimento das empresas capixabas pelos Fundos de Investimento e abrange todo o território capixaba através das parcerias com consultores credenciados.

2.1. Linhas de Financiamento

A instituição possui um grande portfólio de linhas de financiamento, com capital próprio e repasses de terceiros, para ampliação e modernização da capacidade produtiva, aquisição de máquinas e equipamentos e capital de giro.

No ano de 2019, o BANDES contará com 7 fontes de recursos e disponibilizará 39 linhas de financiamento a diversos setores produtivos:

- I. BANDES
 - Giro
 - Giro – Seletivo
 - Giro – Risco C
 - Microcrédito / Giro - Bônus
 - Investimento (Microcrédito)
 - Investimento fixo e misto Risco A e B
 - Investimento fixo e misto Risco C
- II. FUNDES
 - Investimento Fixo e Misto
 - Economia Verde
 - Inovação
 - Indústria 4.0
- III. FUNGETUR
 - Investimento Fixo
 - Máquinas e Equipamentos
- IV. FUNCAFE
 - Estocagem de Café
 - Financiamento para aquisição de Café
 - Financiamento de Capital de Giro para Indústria de Café Solúvel
 - Financiamento de Capital de Giro para Indústria de Torrefação
- V. FINEP
 - FINEP Inovacred

- FINEP Inovacred Expresso

VI. BNB

- FNE Indústria
- FNE Comércio e Serviços

VII. BNDES

- ABC
- Automático
- Giro Risco A (Microcrédito)
- INOVAGRO
- MODERAGRO
- Moderinfra
- Pronaf
- PRONAMP

VIII. FUNDEPAR/FUNDESUL

IX. Renova Giro

- Giro / Microcrédito I
- Giro / Microcrédito II
- Giro / Microcrédito III
- Giro / Microcrédito IV

X. FUNDESUL PK

- Agricultura Familiar
- Agronegócio
- Empreendimentos Locais
- Microcrédito
- Novos Investimentos

Cabe ressaltar que outras linhas de financiamento poderão ser disponibilizadas ao longo de 2019 em função de: i) novas demandas de mercado; e ii) novas fontes de recursos que o banco pode captar.

2.2. Fundos Garantidores

O BANDES opera com o Fundo Garantidor para Investimentos (FGI), do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

2.3. Fundos de Desenvolvimento

Conforme previsto em diversos dispositivos legais, o BANDES administra os seguintes fundos de desenvolvimento: Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias – FUNDAP, Fundo de Desenvolvimento do Espírito Santo – FUNDES, Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia – FUNCITEC, Fundo de Desenvolvimento Econômico do Sul do Espírito Santo – FUNDESUL, Fundo de Desenvolvimento e Participações do Espírito Santo – FUNDEPAR; o Fundo Social de Apoio à Agricultura Familiar – FUNSAF; o Fundo Desenvolve Rio Doce, com recursos da Fundação Renova; e o Fundo Municipal de Desenvolvimento de Presidente Kennedy – FUNDESUL PK.

2.4. Fundos de Investimento em Participações

O BANDES apoia o crescimento das empresas capixabas, também, por meio dos Fundos de Investimento em Participações, instrumentos financeiros regulados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que selecionam e investem em empresas de grande potencial em troca de sociedade na companhia.

A instituição investe, hoje, no Fundo CRIATEC III do BNDES e no Fundo Primatec da FINEP, e também está em entendimentos para se tornar cotista do Seed4Science.

2.5. Parceiros

O BANDES possui um modelo de negócios baseado na parceria com consultores credenciados, abrangendo todo o território capixaba e viabilizando o acesso rápido aos financiamentos para produtores rurais, empreendedores e as, micro, pequenas e médias empresas.

Atualmente, a instituição possui um total de 105 parceiros consultores ativos nos segmentos urbano, rural e corporativo, além de 85 agentes de crédito para atuar no microcrédito. Esses consultores são selecionados, treinados e monitorados pelo banco, cujas regras de relacionamento estão estabelecidas no Manual de Gestão de Parcerias.

3. ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS E GESTÃO DE RISCOS

3.1. Estrutura Organizacional

No BANDES, os controles internos e o gerenciamento de riscos e de capital são realizados pela Gerência de Riscos – GERIS e pela Gerência de Compliance e Controles Internos – GERCO, ambas ligadas diretamente à Presidência.

A Gerência de Riscos é responsável pelo gerenciamento dos riscos de crédito, mercado, liquidez e socioambiental, além do gerenciamento de capital e, a Gerência de Compliance e Controles Internos, é responsável pelo risco operacional, controles internos e compliance.

3.2. Estrutura de Sistemas

O BANDES desenvolveu modelos e metodologias, em conformidade com as normas do CMN/BACEN, para que os riscos inerentes às atividades desenvolvidas sejam identificados, avaliados, monitorados e minimizados em um nível aceitável pela alta administração.

3.3. Controles Internos

A Política de Controles Internos do Bandes, aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração, estabelece diretrizes para orientar as ações de todos os empregados na tomada de decisão das atividades sob sua responsabilidade, independentemente de seu nível hierárquico. Visam tornar o BANDES mais seguro e rentável, através do monitoramento permanente dos fatores internos e externos, que possam refletir no cumprimento da Missão e das Metas estabelecidas para a organização.

A Gerência de Compliance e Controles Internos – GERCO é responsável pela definição dos métodos a serem utilizados na análise e no monitoramento do sistema de controles internos e conformidade da Instituição.

3.4. Políticas de Gerenciamento de Riscos e de Capital

As Políticas de Gerenciamento de Riscos e de Capital são revisadas anualmente e submetidas para a aprovação da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração. Nelas estão definidas a estrutura, as metodologias e as responsabilidades que devem nortear o gerenciamento de riscos e de capital.

a) Risco Operacional

A Política de Gerenciamento do Risco Operacional instituiu metodologias, responsabilidades e padrões adequados para a gestão do risco operacional, norteando a implementação de medidas voltadas ao aperfeiçoamento dos processos executados pela instituição.

O valor referente à alocação de capital para o risco operacional é apurado através do cálculo da parcela RWAOPAD, conforme determina a Circular nº 3.640, de 04/03/2013, do Banco Central do Brasil (BACEN).

Para esse cálculo, o BANDES optou pela metodologia da Abordagem do Indicador Básico - BIA, devido a baixa complexidade dos seus produtos, serviços e processos, possibilitando a adoção de uma metodologia de cálculo compatível com sua realidade.

b) Risco de Mercado

O BANDES não possui operações registradas na carteira de negociação.

O risco de mercado de sua carteira é o risco inerente à flutuação das taxas de juros das operações não classificadas na carteira de negociação (carteira banking), que é calculado diariamente através do VaR Paramétrico, com 95% de confiança, para o horizonte de um dia, conforme determina a Política de Gerenciamento do Risco de Mercado da instituição.

c) Risco de Crédito

As Políticas de Crédito são definidas através de normativos aprovados pela Diretoria Executiva - DIREX, os quais são submetidos também ao Conselho de Administração - CONAD. O trâmite atualmente em vigor prevê que, antes de serem encaminhadas para aprovação pela DIREX e CONAD, as propostas de alteração das Políticas de Crédito devem, preferencialmente, serem apreciadas pelos Comitês de Crédito - COCRE e Crédito Rural - COCRE Rural, que recomendará as condições das mesmas. Em atendimento à Resolução 4.557, ficou estabelecido que as Políticas de Crédito do Bandes devem ser aprovadas e revisadas, no mínimo anualmente, pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração.

A estrutura de gerenciamento do risco de crédito do Bandes é composta pelo Conselho de Administração - CONAD, Diretoria Executiva - DIREX, Comitê de Auditoria – COAUD, Gerência de Riscos – GERIS, Gerência de Compliance e Controles Internos - GERCO, Comitê de Crédito - COCRE, Comitê de Controles Internos e Riscos - COCIR, Auditoria Interna – AUDIT e pelas unidades organizacionais responsáveis pela captação, análise, concessão, acompanhamento, liberação, cobrança e negociação de créditos.

A Gerência de Riscos, subordinada à Diretoria da Presidência - PRESI, é a unidade responsável pelo acompanhamento da carteira de crédito, no que tange à análise do risco de crédito global. Para tanto, utiliza-se das informações disponíveis no sistema informatizado

corporativo relativas aos financiamentos concedidos, e elabora relatórios mensais, disponibilizados ao corpo de gestores, onde procura detalhar a composição da carteira, visando identificar situações de potencial risco de crédito, tais como concentração excessiva em clientes ou atividades, alterações significativas dos níveis de inadimplência, etc. Caso sejam identificadas situações de risco iminente, a GERIS sinaliza ao corpo de gestores por meio desses relatórios, para que sejam definidas as ações a serem adotadas.

O valor referente à alocação de capital para o risco de crédito corresponde ao valor da parcela RWACPAD, cujo cálculo é efetuado de acordo com a Circular BACEN nº 3.644, de 04/03/2013.

d) Risco de Liquidez

A Política de Gerenciamento do Risco de Liquidez do Bandes, objetiva garantir a manutenção de um nível adequado de recursos com liquidez imediata, que permita gerenciar as exposições ao risco de liquidez e reduzir a probabilidade de ocorrência de perdas relacionadas a esse risco. A gestão do risco de liquidez consiste, portanto, no conjunto de processos que visam garantir a capacidade de pagamento da instituição, considerando o planejamento financeiro, os limites de risco e a otimização na utilização dos recursos disponíveis.

Além da Política de Gerenciamento do Risco de Liquidez, a Diretoria Executiva e o Conselho de Administração aprovaram o Plano de Contingência de Liquidez, que determina as ações a serem tomadas em caso de estresse de liquidez.

e) Gerenciamento de Capital

A Política de Gerenciamento de Capital instituiu padrões adequados a fim de avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita. O gerenciamento de capital tem como objetivo primordial assegurar que a Instituição mantenha, permanentemente, um nível de capital compatível com o grau de riscos da estrutura de seus ativos.

O Plano de Capital, parte integrante dessa Política, abrange o período de cinco anos, sendo consistente com o planejamento estratégico da instituição e determinando medidas de contingência em caso de estresse de capital.

3.5. Política de Gerenciamento do Risco Socioambiental

Em atendimento à Resolução nº 4.327, de 25/04/2014, do Conselho Monetário Nacional, o BANDES estabeleceu a Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), a qual estabelece princípios e diretrizes para as práticas socioambientais nos negócios da instituição e na relação com as partes interessadas, contribuindo para concretizar o seu compromisso com o desenvolvimento sustentável.

3.6. Limites Operacionais

O Conselho Monetário Nacional, através do BACEN, divulgou, em 2013, as Resoluções nº 4.192 e nº 4.193, que norteiam os cálculos para o requerimento de capital compatível com o risco das atividades desenvolvidas pelas instituições financeiras.

Foram definidas regras para garantir a compatibilidade do capital da instituição com os riscos de mercado, de crédito e operacional, no âmbito de Basileia III.

O BANDES emite, mensalmente, o relatório de limites operacionais, que retrata a situação de aderência da instituição aos requerimentos mínimos de capital aceitáveis pelo órgão regulador - BACEN. Nesse relatório, evidencia-se a evolução das parcelas de requerimento de capital para risco de crédito (RWACPAD), risco de mercado (RBAN) e risco operacional (RWAOPAD), bem como o Índice de Basileia apurado para a data-base, comparando-o ao Índice de Basileia prudencial, definido pelo Conselho de Administração (CONAD).

4. PROJEÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

4.1. Projeção Econômica

O BANDES disponibilizará linhas de financiamento com recursos próprios, de outros fundos e repasses. As linhas com capital próprio atendem as necessidades de financiamento para investimento e capital de giro para empresas.

Como repassador de recursos, o BANDES operará com linhas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, Financiadora Nacional de Estudos e Projetos – FINEP, linhas do Banco do Nordeste que tenham como fonte de recursos o Fundo do Nordeste – FNE para os municípios da área da SUDENE no estado, linhas do Fundo Geral de Turismo – FUNGETUR e linhas do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - FUNCAFE.

O BANDES também disponibilizará linhas cuja fonte de recursos seja o Fundo de Desenvolvimento do Espírito Santo - FUNDES, para investimento, Fundesul e Fundesul - PK.

No que concerne ao microcrédito, o BANDES opera com linhas próprias, com linhas de repasse com recursos da Fundação Renova e por meio do programa NOSSOCRÉDITO, neste último em parceria com prefeituras municipais, SEBRAE-ES, Banestes e Agência de Desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas e do Empreendedorismo (Aderes).

Na categoria de financiamentos não-reembolsáveis, o BANDES atuará como repassador de recursos do Fundo de Ciência e Tecnologia do Espírito Santo – FUNCITEC, do Fundo de Recursos Hídricos do Espírito Santo, este como operacionalizador do Programa Reflorestar, da

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEAMA, e do Fundo de Saneamento e Tratamento de Resíduos Sólidos, com recursos do Fundação Renova.

O BANDES atuará ainda como secretária executiva do sistema de incentivos estadual INVEST-ES e na operacionalização do Fundo de Desenvolvimento e Participações do Espírito Santo - FUNDEPAR, estes em conjunto com a Secretária Estadual de Desenvolvimento - SEDES. Também operacionalizará o Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias do Espírito - FUNDAP, em conjunto com a Secretária Estadual da Fazenda - SEFAZ.

Para o ano de 2019 o BANDES pretende liberar um total de R\$ 630,6 milhões, sendo R\$ 131,0 milhões para operações de crédito com risco BANDES e R\$ 499,6 milhões para operações sem risco do BANDES.

No que concerne às políticas operacionais do BANDES para 2019, a instituição deverá buscar a diversificação na aplicação dos recursos, buscando melhorar o perfil de sua carteira de crédito e visando reduzir os riscos de crédito.

Tabela 1: Liberações de recursos previstos para o ano de 2019

| DISCRIMINAÇÃO | VALOR (R\$ mil) |
|--|-----------------|
| I - OPERAÇÕES DE CRÉDITO COM RISCO BANDES | 131.000 |
| BANDES | 56.000 |
| FUNDES | 20.000 |
| FUNGETUR | 3.000 |
| FUNCAFÉ | 7.000 |
| FINEP | 2.000 |
| BNB / FNE | 12.000 |
| BNDES | 31.000 |
| II - OPERAÇÕES COM OUTROS RISCOS | 389.916 |
| FUNDESUL PK | 10.000 |
| RENOVA | 4.000 |
| FUNDEPAR | 20.000 |
| FUNDAP | 355.916 |
| III – OUTRAS LIBERAÇÕES | 109.748 |
| FUNDÁGUA – REFLORESTAR | 13.446 |
| FUNCITEC | 42.535 |
| RENOVA - SANEAMENTO | 53.767 |
| TOTAL (I+II+III) | 630.663 |

Fonte: Orçamento 2019, GECON/BANDES.

4.2. Projeção Financeira

Para 2019 a projeção é que o BANDES encerre o exercício com lucro líquido de R\$ 870 mil.

Tabela 2: Quadro sintético de Resultado, 2019

| DISCRIMINAÇÃO | VALOR (R\$ mil) |
|--|------------------------|
| RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA | 129.444 |
| Rendas de Operações de Crédito | 64.653 |
| Rendas de Aplicações Financeiras | 26.591 |
| Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo | 38.200 |
| DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA | 91.012 |
| Operações de empréstimos e repasses | 20.497 |
| Provisão p/ Crédito de Liquidação Duvidosa | 70.515 |
| RESULTADO BRUTO DA INTERM. FINANCEIRA | 38.433 |
| RECEITAS COM PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS | 16.286 |
| OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS | -61.634 |
| RESULTADO OPERACIONAL | -6.915 |
| RESULTADO NÃO OPERACIONAL | -2.929 |
| RESULTADO ANTES IR E CONTRIB. SOCIAL | -9.844 |
| IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL | 10.714 |
| LUCRO LÍQUIDO | 870 |

Fonte: Orçamento 2019, GECON/BANDES.

5. POLÍTICAS E PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

5.1. Descrição da composição da Administração

5.1.1. Conselho de Administração - CONAD

De acordo com o Estatuto Social do BANDES, o Conselho de Administração deve ser composto por no mínimo 7 e no máximo 9 membros, eleitos pela Assembleia Geral, todos com mandato unificado de 2 anos, permitidas, no máximo, 3 reconduções consecutivas. O Diretor Presidente do BANDES também integra o Conselho de Administração.

O Conselho de Administração do BANDES tem a seguinte composição, em 13 de dezembro de 2018:

- Roberto da Cunha Penedo (Presidente);

- Aroldo Natal Silva Filho (Vice-Presidente);
- Gustavo Lisboa Cruz;
- José Teófilo de Oliveira;
- Orlando Caliman;
- Robson Luiz Avelino Pereira;
- Valber Pinheiro Padilha.

5.1.2. Diretoria Colegiada

A Diretoria Colegiada é composta por 3 membros, eleitos pelo Conselho de Administração, sendo um Diretor Presidente; um Diretor Administrativo e Financeiro, com atribuições específicas para matérias administrativa e financeira; um Diretor de Crédito e Fomento, com atribuições específicas para matérias relacionadas aos programas e políticas de fomento e de crédito do Banco, todos com mandato unificado de 2 (dois) anos, permitidas, no máximo, 3 reconduções consecutivas.

Em 13 de dezembro de 2018, a Diretoria Colegiada do BANDES possui a seguinte composição:

- Diretor Presidente, Aroldo Natal Silva Filho;
- Diretora de Administração e Finanças, Denise de Moura Cadete Gazzinelli Cruz;
- Diretor de Crédito e Fomento, Everaldo Colodetti.

5.2. Política de Remuneração

Conforme Estatuto Social do BANDES, em seu art. 18, a remuneração dos administradores é estabelecida em Assembleia Geral e reajustada em qualquer época, observadas as disposições legais pertinentes.

A Política está disponibilizada no site do BANDES, no endereço www.bandes.com.br.

Vitória, 13 de dezembro de 2018.

Roberto da Cunha Penedo
(Presidente do CONAD)

Aroldo Natal Silva Filho
(Vice-Presidente do CONAD)

Gustavo Lisboa Cruz

Orlando Caliman

José Teófilo de Oliveira

Robson Luiz Avelino Pereira

Valber Pinheiro Padilha